

Comemorar o Império? O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e as celebrações dos centenários de nascimento de Duque de Caxias e D. Pedro II

Commemorate the Empire? The Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte and the Celebrations of the Centennials of the Births of Duque de Caxias and Pedro II

Bruno Balbino Aires da Costa¹

RESUMO:

Fundado em 29 de março de 1902, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) foi criado com o objetivo precípuo de construir um lugar para o estado na memória nacional. Para isso, seus sócios mobilizaram diversas estratégias, dentre elas, a realização de atos comemorativos. Os centenários de nascimento de Duque de Caxias (25 de agosto de 1903) e de D. Pedro II (2 de dezembro de 1925) são exemplos desse agenciamento. Nesse sentido, uma questão se coloca: por que uma agremiação de republicanos comemorou os cem anos dos natalícios de duas personalidades ligadas ao passado monárquico da nação? Com o intuito de responder à questão, este artigo tem como escopo principal examinar as condições de possibilidade desses dois atos comemorativos, evidenciando os jogos do poder na cena política brasileira norte-rio-grandense na década de vinte, articulando-os aos processos de reconfiguração da memória nacional. Para a consecução desse objetivo, o artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, discute-se o perfil político dos sócios-fundadores do IHGRN; em seguida, analisa-se a reconfiguração da memória nacional na década de 20; e, por fim, examina-se o agenciamento das efemérides referentes aos natalícios de Duque de Caxias e de D. Pedro II pelo referido Instituto.

PALAVRAS-CHAVE: Comemoração; Memória nacional; IHGRN

ABSTRACT:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte campus Canguaretama.

Founded on March 29, 1902, the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) was created with the primary objective of establishing a place for the state in the national memory. To achieve this, its members mobilized various strategies, among them the organization of commemorative events. The centennials of the births of Duque de Caxias (August 25, 1903) and Pedro II (December 2, 1925) are examples of this effort. In this context, a question arises: why did an association of republicans celebrate the hundredth birthdays of two personalities linked to the monarchical past of the nation? In order to answer this question, this article aims to examine the conditions that made these two commemorative acts possible, highlighting the power dynamics in the Brazilian and Rio Grande do Norte political scene in the 1920s, and connecting them to the processes of reconfiguring the national memory. To achieve this objective, the article is organized as follows: first, the political profile of the founding members of the IHGRN is discussed; next, the reconfiguration of the national memory in the 1920s is analyzed; and finally, the orchestration of the commemorations of the birthdays of Duque de Caxias and Pedro II by the Institute is examined.

KEYWORDS: Commemoration; National memory; IHGRN

INTRODUÇÃO

Foi com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) que as datas cívicas nacionais e estaduais passaram a ser objeto de celebração. O próprio estatuto da agremiação, mais precisamente, o artigo 59, em seu capítulo 10, definia que uma das atividades intelectuais e institucionais do IHGRN era “solemnizar qualquer data histórica” (1903, p.22).

Nos primeiros 25 anos de sua existência, a agremiação foi responsável pela realização dos seguintes atos comemorativos: os centenários de nascimento de Duque de Caxias (25 de agosto de 1903) e de D. Pedro II (2 de dezembro de 1925), passando pelo 89º e 100º aniversários do fuzilamento de Frei Miguelinho (17 de junho de 1906 e 12 de junho de 1917, respectivamente) e os centenários da Revolução Republicana (6 de março de 1917), da Independência Nacional (de 3 a 10 setembro de 1922), e da posse do presidente Thomaz de Araújo (5 de maio de 1924).

Como se pode perceber, os sócios do IHGRN privilegiaram a lembrança de eventos centenários. Conforme Frank Ankersmit (2002), o ato comemorativo sempre esteve em conformidade com a compulsão pelos números redondos. Os agentes responsáveis pelos festejos, por conveniência e/ou por predileção, utilizam-se do universo simbólico dos números redondos para conferir um conjunto de significados às

Mneme. Revista de Humanidades. v. 25 n. 49 (Jun/Dez. 2024)

comemorações centenárias que, por sua vez, construíram a ideia de uma tradição longeva, que atravessa o tempo, a qual impelia ao presente o dever de reverenciar e rememorar o passado. A organização e realização dessas solenidades, por parte dos membros do IHGRN, mostram não apenas o interesse em construir uma teia de significados que legitimasse os usos políticos do passado, mas o próprio intuito da agremiação em fazer da cerimônia um dever de memória, um imperativo para evitar o esquecimento. É válido assinalar que estamos empregando o sentido de “dever de memória” à luz das reflexões de Paul Ricœur (2007), o qual compreende o conceito como um “dever de não esquecer”, um ato de memória que visa a lutar contra o esquecimento. Em grande medida, o dever de memória foi uma das razões pelas quais os associados do IHGRN conferiram à instituição o papel de agente promotora e organizadora das principais datas comemorativas do estado e da nação.

Todavia, duas efemérides chamam a atenção: o centenário de nascimento de Duque de Caxias e D. Pedro II. E aqui cabe uma observação: a primeira geração de sócios do Instituto era composta por defensores da República. Por que uma agremiação de republicanos comemorou os cem anos dos natalícios de duas personalidades ligadas ao passado monárquico da nação? Com o intuito de responder à questão, este artigo objetiva analisar as condições de possibilidade desses dois atos comemorativos, evidenciando os jogos do poder na cena política brasileira e norte-rio-grandense na década de vinte, articulando-os aos processos de reconfiguração da memória nacional. Para a consecução desse objetivo, o artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, discute-se o perfil político dos sócios-fundadores do IHGRN; em seguida, analisa-se a reconfiguração da memória nacional na década de 20; e, por fim, examina-se o agenciamento das efemérides referentes aos natalícios de Duque de Caxias e de D. Pedro II pelo referido Instituto.

2 SÓCIOS REPUBLICANOS

Desde a sua fundação, o IHGRN era formado por sócios comprometidos com a República. Havia republicanos de distintas vertentes dentro do Instituto, mas a maioria aproximava-se da ala mais liberal, sobretudo, devido à influência do chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN), Pedro Velho, que, inicialmente, confessara

seguir Silva Jardim, mas “acabou naturalmente convergindo para os moderados de Quintino Bocaiúva” (BUENO, 2002, p.85). Em torno do PRRN, formado basicamente pela família Albuquerque Maranhão² e pelos correligionários pedrovelhistas, agregaram intelectuais e políticos que, entre outras coisas, posicionavam-se, contrariamente, ao regime monárquico. O artigo inicial do jornal *A República*, publicado em 1º de julho de 1889, escrito pelo próprio Pedro Velho, refletia o tom assaz crítico à monarquia:

A República, órgão do partido nacional ou anti-monárquico nesta província, tem por missão essencial difundir e propagar as ideias que o seu título sintetiza. Entretanto, a batalha que, com as armas da razão, vamos empenhar contra a realeza corrompida e corruptora, não nos fará esquecer quais as necessidades e os males desta terra infeliz, para dizê-los sinceramente aos nossos comprovincianos. (...)

De todos os privilégios o mais humilhante, o mais pernicioso é a realeza hereditária e irresponsável; contra ela estremece em assomos da mais digna e justificada revolta a opinião cansada e desiludida; e, entre a dinastia e a nação, a escolha não é difícil, nem para hesitações. Pela pátria! Eis o nosso compromisso; para o comprometimento deste encargo temos um só recurso – dizer ao povo a verdade inteira, clara e honradamente. Isto havemos de fazer, custe o que custar. (VELHO *apud* CASCUDO, 1965, p.107-108)

O jornal *A República* foi criado por Pedro Velho com o intuito de difundir as ideias republicanas do PRRN. Desse modo, o jornal sintetizava os anseios e as concepções políticas do partido. Como é possível perceber no excerto acima, fica claro que um dos objetivos precípuos do PRRN era combater a “monarquia corrompida” e “corruptora”. A insatisfação com relação ao Império referia-se ao seu suposto “descaso” em atender às necessidades e aos males da terra infeliz.

É importante salientar que, no final do século XIX, muitas províncias do Norte do Brasil, como o Rio Grande do Norte, encontravam-se diante de uma crise econômica, gerada pela decadência das suas principais atividades econômicas, no caso, a produção do açúcar e do algodão. Esta crise afetava diretamente os negócios da própria família Albuquerque Maranhão. Ademais, o Rio Grande do Norte passava, ainda, pelos problemas ocasionados pela grande seca de 1877, a qual afligia outras províncias do Norte do Brasil. No final do século XIX, o problema da seca ocuparia a principal pauta reivindicativa dos políticos das províncias do Norte, tornando-se o tema central dos discursos regionais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009). Em torno desse cenário de crise social, associada ao problema da seca, construiu-se uma imagem de uma região abandonada e marginalizada

pelos poderes públicos. Não é sem razão que, em seu discurso de fundação do PRRN, pronunciado a 27 de janeiro de 1889, Pedro Velho tenha destacado o abandono da Monarquia em relação à realidade social do Rio Grande do Norte, como uma das justificativas para a defesa da instalação da República: “Tambem que cuidado pode dar aos poderes públicos este canto do Imperio?” Ele acrescenta: “a indiferença, a dobrez de seus representantes não tornam bem conhecidas as suas mais urgentes e palpitantes necessidades e o governo não há de incomodar-se por uma gente pobre e decahida de suas energias, que nem ao mesmo sabe pedir e reclamar” (VELHO *apud* LYRA, 1925). Para Pedro Velho, o descaso e a suposta irresponsabilidade da realeza para com o Rio Grande do Norte eram motivos suficientes para os norte-rio-grandenses lutarem contra o *ancien régime* e apoiarem a República. Obviamente que, nessa crítica à realeza, havia o interesse por parte de Pedro Velho em colocar-se como uma “nova” liderança política no estado. Uma breve ressalva: Pedro Velho não era um teórico da República, pelo contrário, tornou-se republicano tardiamente, decidindo aderir ao movimento republicano por insistência de seu primo João Avelino, ao ser convencido da fatalidade da implantação da República no Brasil (BUENO, 2002; SOUZA, 2008; SPINELLI, 2010).

Para ele, a República representaria uma oportunidade ímpar para a concretização do seu intento político, o que, de fato, ocorreu com a emergência do novo regime em 1889. Em torno de Pedro Velho e do PRRN, convergiram a maioria dos republicanos do estado, a qual compôs o primeiro quadro de sócios do IHGRN (COSTA, 2017).

A despeito da convicção republicana dos seus membros, nas páginas das edições da revista do Instituto histórico norte-rio-grandense, não aparecem, pelo menos nos seus vinte e cinco anos de existência, artigos que ataquem diretamente a Monarquia. No Rio Grande do Norte, o debate Monarquia *versus* República esteve mais presente nos editoriais dos jornais do final do século XIX (BUENO, 2002). A imprensa foi o palco principal desses embates políticos e ideológicos. Em linhas gerais, a questão estava associada ao choque entre os opositores ao grupo ligado a Pedro Velho, os quais recebiam a alcunha de traidores da República, e aqueles que defendiam o líder do PRRN. Adstrita a isso, a eclosão das revoltas Federalista e da Armada, no final do século XIX, implicou em uma ameaça séria ao novo regime proclamado em 1889, levando muitos políticos e homens de letras a defenderem a República nos periódicos do estado.

Diferentemente da imprensa norte-rio-grandense, nos últimos anos do século XIX, a revista do IHGRN não foi utilizada como um espaço para o debate político. Inicialmente, a preocupação dos sócios do IHGRN voltava-se para questões de ordem interna, especialmente, o problema dos limites territoriais entre o Ceará e o Rio Grande do Norte (FERNANDES, 2012). As edições da revista, entre 1903 e 1925, mostram que os membros da agremiação estavam mais interessados na publicação de documentos referentes ao passado do Rio Grande do Norte e em construir a memória histórica norte-rio-grandense. Definitivamente, o embate entre os defensores do regime republicano e da monarquia não ocupou as páginas de sua revista. Isso não significa dizer que os sócios da agremiação estavam totalmente descomprometidos com a tradição republicana. Pelo contrário. Outros atos comemorativos organizados pelo IHGRN, como por exemplo, as efemérides do centenário da revolução de 1817 e do nascimento de Miguelinho demonstram como a memória republicana foi bastante destacada pelos sócios da agremiação (COSTA, 2017). O republicanismo foi colocado como grade de leitura para se pensar alguns acontecimentos históricos ocorridos no Rio Grande do Norte.

Para todos os efeitos, o IHGRN era composto por defensores da República e interessados em legitimar a memória republicana *do e no* estado. Contudo, isso não impediu a agremiação de organizar os festejos comemorativos alusivos aos centenários de nascimento de Duque de Caxias e D. Pedro II. O que levou a Instituição formada por republicanos à comemoração dessas personalidades associadas ao passado monárquico da nação?

3 A DÉCADA DE 20 E RECONFIGURAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

No final dos anos de 1910 e início da década de 1920, a memória imperial já não representava mais uma ameaça ao regime republicano (RODRIGUES, 2013). Nesse período, nenhum intelectual e/ou político cogitava a pertinência de uma restauração monárquica: “No Brasil de 1922, o Império era uma nostalgia, jamais um projeto” (ENDERS, 2010, p. 339). A revogação do banimento da família imperial e a transladação dos restos mortais do imperador D. Pedro II e de Tereza Christina para o Brasil, ocorrido no início dos anos 20, significavam, concomitantemente, que a memória do *ancien régime* não representava mais risco algum e a República poderia, doravante, reintegrar o passado

monárquico à memória nacional, “fortalecendo, simbolicamente o próprio ideário republicano” (FREIRE, 2000, p.193). Somente nesse período é que a República pôde reverenciar a figura do Imperador. Foi no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que essa releitura da memória ocorreu. Isso se deu devido à crise política que o país estava vivenciando nos anos de 1920. O uso político do passado, mais especificamente, do passado monárquico, por parte do governo, foi uma forma de ressaltar a unidade e a solidariedade nacional. Na década de 1920, o passado esteve a serviço do poder.

Em 1922, a nação estava em festa, mas também em crise política. Desde o início do seu mandato, o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) tivera dificuldades em compor um governo de coalizção, o qual conseguisse articular os interesses políticos da maior parte das grandes oligarquias estaduais, especialmente daquelas sob os quais havia dado sustentação à sua candidatura, tais como: Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2012), antes mesmo da tomada de posse do novo presidente, as elites políticas dominantes, oriundas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pleiteavam uma posição hegemônica em relação ao governo que se iniciava, o qual se anunciava frágil e dependente. Assim como em outros momentos da Primeira República, o jogo de composição política tornou-se uma empresa dificultosa para o presidente eleito. A divisão política nas bases de sustentação do governo Epitácio Pessoa, logo de início, ocorrida pela disputa em torno do nome para o presidente da Câmara, já prenunciavam as dificuldades que o presidente iria ter ao longo da sua administração (VISCARDI, 2012). Além disso, a articulação em torno dos ministérios contribuiu também para o desgaste político do neófito governo do presidente Epitácio Pessoa. Dessa vez, a problemática política não pairava sobre o conflito de interesses entre os três estados da federação: São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, uma vez que todos haviam sido contemplados com a escolha para a composição ministerial da presidência, mas sim do choque com relação aos militares (CARONE, 1977). Epitácio Pessoa havia escolhido civis para composição das pastas militares, o que acarretou o descontentamento desse setor em relação ao novo presidente. Não é por acaso, a onda de sublevações militares ocorridas em vários estados do país, no início dos anos 20, promovidas por alguns setores mais radicalizados das forças armadas, muitos destes, descontentes com o governo de Epitácio Pessoa, em particular, e com o sistema político como um todo.³ Ademais, a intervenção do governo federal sobre o mercado financeiro, que prejudicou os interesses econômicos

ligados aos produtores de café e dos grupos políticos a eles associados, bem como os vetos presidenciais a algumas medidas advindas do legislativo, com o intuito de estancar a crise econômica e política, desencadearam uma série de críticas à gestão do presidente, levando a um impasse sem solução. Adstritos às manifestações dos militares e de alguns setores políticos dos estados de primeira grandeza, grupos operários organizaram algumas greves nas principais concentrações urbanas do país entre 1919 e 1921, impulsionadas, em boa medida, pela deterioração econômica e social oriunda da crise de 1920. A experiência grevista da classe trabalhadora urbana contribuiu também para a desestabilização do governo.

É preciso assinalar, ainda, outro elemento, talvez, o mais desestabilizador e o mais grave de todas as crises políticas surgidas até então: a sucessão presidencial de 1922. Conforme Marieta de Moraes Ferreira, a sucessão de Epitácio Pessoa revestiu-se de um caráter peculiar, tendo em vista que, pela primeira vez, o confronto entre os estados de primeira e segunda grandeza se colocou, nitidamente, numa disputa sucessória, “revelando tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro” (1989, p.241). Iniciadas no primeiro semestre de 1921, as disputas em torno da sucessão presidencial abriram espaço para a constituição da chamada “Reação Republicana”, um bloco político formado pelos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, cujo intento era construir um eixo alternativo de poder (FERREIRA, 1989). Opondo-se à aliança formada por Minas Gerais e São Paulo, que lançara oficialmente as candidaturas de Artur Bernardes e Urbano Santos para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, os estados de segunda grandeza apoiaram as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Inconformados com a imposição do candidato situacionista, os estados de segunda grandeza buscavam construir uma alternativa ao eixo político e não uma ruptura com o modelo oligárquico vigente. A rigor, a “Reação Republicana” significou uma tentativa de ampliar a participação das chamadas oligarquias dissidentes no jogo do federalismo brasileiro do período (FERREIRA, PINTO, 2010)

Lançadas as duas candidaturas, a configuração do cenário político apontava para uma eleição disputada. O certame foi marcado pelo acirramento das tensões de ambos os lados que acusavam um ao outro de ter cometido fraudes (VISCARDI, 2012). Apesar das reclamações por parte da chapa Nilo-J.J. Seabra, mais uma vez, o grupo situacionista saiu vencedor. Todavia, a vitória de Artur Bernardes não representou uma solução pacífica.

Pelo contrário, não conformados com o resultado, os dissidentes sugeriram a criação de um “Tribunal de Honra”, o qual transformou-se em um projeto de lei apresentado ao Parlamento (VISCARDI, 2012). Em termos práticos, haveria uma recontagem dos votos, o que, de início, desagradou as forças vitoriosas do pleito: “A ideia era de se criar uma comissão extraparlamentar para análise de todo o processo eleitoral, o que alarmava os líderes bernardistas” (VISCARDI, 2012, p.277). Durante esse processo, o país mergulhava em uma crise política sem um horizonte de solução bem definido.

Em meio ao cenário de tensão política que percorreu o início da década de 1920, especialmente, o ano de 1922, o Brasil passou ainda por uma experiência transformadora no campo intelectual, sobretudo, no que diz respeito à reflexão em torno do nacional. Alguns elementos identitários, até então constituídos nas décadas finais do século XIX, apresentavam sintomas de crise nos anos de 1920, abalados, sobretudo, pelos novos referenciais de nacionalidade surgidos, em grande medida, logo após a Primeira Guerra Mundial.

No final da década de 1910 e durante os anos de 1920, vários intelectuais procuraram criar um ideário nacional e cívico baseado em um culto a uma tradição passada ou se esforçaram na elaboração de uma nova tradição (GUIMARÃES, 2007; OLIVEIRA, 1990). Uma tradição voltada cada vez menos para a valorização dos referenciais da cultura europeia, em contrapartida, comprometida em se pensar o Brasil pela via do nacionalismo (VELLOSO, 2010). Novas interpretações acerca dos elementos constituintes da formação étnica e cultural da nação estiveram no centro do debate de vários grupos de letrados brasileiros no início dos anos de 1920. Não é por acaso que numerosos movimentos modernistas, emergidos em lugares diferentes do país, buscaram definir os contornos da brasilidade a partir de uma multiplicidade de referenciais espaciais e temporais (VELLOSO, 2010). Longe de ser homogênea, a percepção do que seria a verdadeira nacionalidade e os elementos de sua tradição suscitaram, na década de 1920, vários projetos identitários concorrentes que vão desde os movimentos modernistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, passando pelo regionalismo tradicionalista do Recife (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009). No bojo dos debates dos diferentes projetos de invenção da nação na década de 1920, houve, também, um processo de recomposição da memória nacional, dessa vez, não mais alheia aos legados da tradição monárquica.

No início do novo regime, alguns homens de letras de vertentes republicanas mais radicais interpretaram a formação da nacionalidade, buscando romper com o passado português corporificado na Monarquia (OLIVEIRA, 1990). Logo nos primeiros anos da República, evitava-se o emprego de dados referenciais simbólicos que evocavam o passado monárquico do país. A questão era urgente: se fazia necessário construir uma nova interpretação da memória nacional associando-a aos valores republicanos, “cuja finalidade era atingir o imaginário popular” (CARVALHO, p.10). Contudo, no início da década de 1920, quando a República se encontrava consolidada, mas em crise, distante de uma ameaça real a sua legitimidade política, é que “já se podia avançar em direção ao passado em busca de uma mística capaz de congregiar os homens em torno da nacionalidade” (CARVALHO, p.203). Inclusive, é nesse período que se deu a transladação e o sepultamento em território nacional dos despojos de D. Pedro II e de sua esposa, Teresa Christina, depois de uma ampla campanha capitaneada pelos sócios do IHGB, desde o início do século XX (GUIMARÃES, 2007). De acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães, a repatriação dos corpos do monarca e de sua esposa em 1921 “abria caminho para conciliar a República com o Império” (2007, p.168). A Independência do Brasil e algumas figuras de proa do passado monárquico, especialmente, José Bonifácio e D. Pedro II, foram integralizadas à memória nacional.

Na década de 1920, a República apropriou-se da memória monárquica como fórmula necessária ao revigoramento do próprio regime, incorporando-a à formação da nacionalidade (SANDES, 2000). Como já foi mencionado, no limiar dos anos de 1920, a experiência política da República já dava sinais de desgaste. Durante o governo de Epitácio Pessoa, o país estava fragmentado e cercado por levantes militares que ameaçavam a ordem política. Em dias turbulentos, revigorar o passado e reconstruir a memória nacional significava um convite ao desarme político. As imagens associadas ao passado monárquico, como o centralismo e a unidade nacional, passaram a ser fonte de tradição a ser buscada nos mais variados momentos da experiência histórica republicana do país, sobretudo, nos anos de 1920. A comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922, era uma grande oportunidade para reforçar esse legado da experiência imperial: “foi nesse contexto que os festejos comemorativos alcançaram grande força simbólica, recolocando em cena a herança monárquica” (GUIMARÃES, 2007, p.219) Destacá-la serviu para revisitar o passado “em nome da concórdia e da pacificação do país” (GUIMARÃES, 2007,

p.219). Não é sem razão que Epitácio Pessoa foi um dos maiores entusiastas da celebração dos cem anos da nação.

O passado monárquico, evocado nas diversas programações promovidas na ocasião da comemoração do centenário da Independência em 1922, foi um agenciamento importante para reforçar a ideia da centralidade política e da unidade nacional, elementos tão indispensáveis para a nação naquele momento histórico. A comemoração dos cem anos da Independência figurou-se como um claro exercício do uso político da memória. Todavia, esse processo de apropriação do passado monárquico com fins políticos não se encerrou com as celebrações em 1922, estendeu-se até o ano de 1925, quando se comemorou o centenário de nascimento de D. Pedro II.

Em 1922, a figura do Imperador foi reconduzida, oficialmente, à condição de herói nacional. Na ocasião do centenário da emancipação do Brasil, D. Pedro II foi muito celebrado, juntamente com várias outras celebridades do Império (SCHWARCZ, 1998). Nesse sentido, a comemoração do centenário de 1925 foi compreendida como uma continuidade dos festejos do centenário da Independência do Brasil. A homenagem ao Imperador era parte integrante do processo da integração da memória monárquica. Conforme Lúcia Paschoal Guimarães (2007), a memória de D. Pedro II passou a adquirir uma nova vitalidade à medida que se mergulhava na crise política que desembocou com o golpe de 1930. Vale lembrar que, em 1924, o país assistiu, novamente, a um manifesto dos líderes da segunda revolta tenentista, ocorrida em São Paulo, o que forneceu um forte indicador de insatisfação para com a República e de reavaliação positiva do Império (CARVALHO, 2006). Além da revolta em São Paulo, em outros estados eclodiram outras sedições, tanto militares como civis, o que levou o presidente, Artur Bernardes (1922-1926), a governar, praticamente, sob a declaração de frequentes declarações de estado de sítio (CARONE, 1977).

As crises políticas que assolaram o país entre 1919 e 1922 não cessaram com o governo de Arthur Bernardes. Mais uma vez, a República estava sendo implodida. Nada mais apropriado do que legitimá-la, revigorá-la, reforçando dadas imagens tão importantes simbolicamente, como a unidade e a solidariedade nacional. Tais imagens estavam associadas ao passado monárquico que foi, novamente, usado como instrumento político. Em face de um cenário totalmente imerso em uma crise política da República, a celebração dos cem anos do natalício do monarca e a comemoração do centenário da Independência

do Brasil fizeram parte do processo de recomposição da memória nacional, a qual esteve diretamente associada ao uso político do passado.

4 COMEMORAR DUQUE DE CAXIAS

Formado por um corpo de sócios republicanos, o IHGRN não hesitou em comemorar o nascimento de dois personagens associados à memória monárquica do país: Duque de Caxias e D. Pedro II – este último analisaremos ao final do capítulo. A comemoração do natalício desses dois personagens deu-se em momentos distintos da experiência histórica do país.

No início da República, a figura do Imperador estava diretamente atrelada ao regime deposto, do qual políticos e letrados republicanos intentavam desconstruir o seu universo simbólico e os elementos que reverenciavam a sua memória. No entanto, com a recomposição da memória nacional, no final dos anos de 1910 e começo da década de 1920, a imagem do “velho monarca” já não ameaçava mais o regime republicano. É, nesse momento, que o IHGRN celebrou o natalício do Imperador.

Diferentemente de D. Pedro II, a figura de Duque de Caxias tornou-se, no início do novo regime, objeto de comemoração, apesar de sua posição secundária na memória histórica oficial (SOUZA, 2006). É importante salientar que em face dos embates em torno dos heróis da República, surgidos logo no começo da elaboração da memória republicana, a figura do general Osório sobressaiu-se em relação a Duque de Caxias. A República buscava recuperar a memória do general com o interesse de “legitimar sua origem militar e incorporar esse grupo como o ‘povo em armas’.” (SOUZA, 2001, p.242). Nesse sentido, em torno de Osório, foi sendo construída pelo imaginário republicano a imagem do herói popular – diferentemente de Duque de Caxias associado à figura de um soldado monarquista que evitava o contato com o povo. Somente nos anos 20, é que um longo movimento de exaltação e culto a Caxias foi possível, inclusive, conferindo ao Duque o título de patrono do Exército brasileiro (SOUZA, 2006). Em tempos de construção e consolidação da memória republicana no país, chama a atenção o fato dos sócios do IHGRN celebrarem o nascimento do referido personagem. A despeito do esforço de alguns homens de letras, instituições e governos republicanos, em tentar romper definitivamente com a memória monárquica, logo nos primeiros anos do novo regime,

muitos personagens ainda possuíam certo prestígio nos círculos beletristas, políticos e sociais do país. O militar e estadista Luiz Alves de Lima e Silva, o *Duque de Caxias*, foi um dos poucos personagens do Império a ser lembrado em pleno limiar da República.

Nos editoriais dos principais jornais do país do início do século XX – tais como: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*, que traziam textos alusivos à comemoração do centenário do nascimento do estadista e general – a imagem de Duque de Caxias, a despeito de sua relação política e militar com o Império e, particularmente, com D. Pedro II, esteve associada à defesa da ordem e da manutenção da unidade territorial do país, bem como o seu sentimento patriótico em proteger os interesses pátrios, em várias batalhas da Guerra do Paraguai. O interesse da maioria dos editoriais era destacar os serviços do general prestados à *Pátria*, e não necessariamente ao Império, visando claramente dissociar sua imagem da monarquia. Portanto, Duque de Caxias é considerado um herói da nação, digno de ser lembrado e venerado pelos cidadãos brasileiros do presente e pela República (OURIQUE, 1903).

Mesmo não constando no calendário cívico nacional, vários representantes dos governos municipais, estaduais e federais, bem como inúmeras instituições espalhadas pelo país, sobretudo militares, se mobilizaram para participar da comemoração do centenário de nascimento de Duque de Caxias. O IHGB, por exemplo, se comprometeu a comparecer às festas de homenagem ao “inesquecível Brasileiro” e seu consócio ilustre, como também propôs ao sócio correspondente, Euclides da Cunha, que escrevesse uma monografia sobre a “relevante individualidade do Duque de Caxias”, a ser publicada por sua revista.

Assim como o IHGB e outras instituições do país, o IHGRN aderiu às cerimônias alusivas ao centenário de nascimento de Duque de Caxias. Foi a primeira comemoração organizada pela agremiação. O governador do estado e membro fundador do IHGRN, Alberto Maranhão, conferiu oficialmente ao Instituto a responsabilidade de promover os meios para viabilizar a solenidade do natalício de Luiz Alves de Lima. Esta prática passou a ser um acordo tácito entre os sucessivos governadores do estado e as direções do IHGRN. O estado deixava a cargo da agremiação a responsabilidade oficial de realizar e organizar as celebrações nacionais e estaduais. Isso é um reflexo da política de apadrinhamento do IHGRN em relação aos governadores do estado, os quais financiavam, muitas vezes, a manutenção e os projetos do próprio Instituto (COSTA, 2017). Desta maneira, a agremiação passou a ser a instituição responsável pelos festejos no estado.

Atendendo ao pedido do governador Alberto Maranhão, o IHGRN promoveu uma sessão solene para homenagear o centenário natalício do general e estadista, Luiz Alves de Lima, a qual foi realizada, no dia 25 de agosto de 1903, no salão de honra do Palácio do Governo (PINHEIRO, 1904). A solenidade consistiu na leitura do discurso do orador adjunto do IHGRN, padre José Calazans Pinheiro, além de uma homenagem dos oficiais do Exército.

Em geral, o discurso proferido na sessão destacou a proeminência de Duque de Caxias no serviço à *Pátria*, assim como fizeram os principais editoriais dos jornais da capital federal. A figura do militar se sobrepôs a do estadista. Foram os seus feitos, na pacificação de sublevações nas províncias e na liderança de algumas das principais batalhas na Guerra do Paraguai, que expressavam o patriotismo do general e os seus beneméritos à nação (PINHEIRO, 1904). Segundo o padre Calazans Pinheiro (1904), em si mesmas essas ações justificariam a comemoração do centenário natalício do Duque de Caxias. Por sua vez, essas ações do passado deveriam render honras à memória do general no presente:

Esse preito que lhes rendemos nunca é tardio, nunca é excessiva essa homenagem que os respeito e a admiração dos seculos ligão ao nome desses mortos, cuja memoria veneravel é sempre rediviva ao espirito de uma nação a que engrandeceu com as fulgurações de seu gênio e sob cuja influencia se robusteceu o amor da patria, se fortificou o civismo, se centuplicarão as aspirações generozas, se mobilitarão e requintarão os conceitos, se aprimorarão e sublimarão as virtudes civicas; (...) (PINHEIRO, 1904, p.71).

Como pode-se perceber neste excerto, o ato comemorativo está diretamente associado ao dever de memória. Com efeito, a finalidade central do ato comemorativo é instaurar um compromisso de memória, liquidar uma espécie de dívida do presente para com o passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Em outra parte do seu discurso, José Calazans Pinheiro deixa claro aos seus ouvintes que cada brasileiro possuía uma eterna gratidão para com o benemérito das ações do Duque de Caxias pelo país. Nesse sentido, a ideia de gratidão recorre ao conceito de dívida, já que os brasileiros do presente são devedores daquele que os precedeu. Pensada aqui como um aspecto do dever de memória, a dívida para com o passado impõe o sentimento de dever aos outros, daqueles que não são mais, mas já foram, isto é, aos que precederam, como esclarece Paul Ricœur (2007, p.101): “pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário.”

No excerto acima, fica patente que a comemoração é uma forma de convocar a nação, a coletividade, para a homenagem aos seus mortos, obviamente, não a qualquer morto, mas aqueles heróis que robustecem o amor à Pátria. Para Calazans Pinheiro (1904), o ato de comemorar não diz respeito apenas a uma recordação. Mais do que isso, expressa uma rememoração que reivindica a presença de outros, uma determinada coletividade que partilha o interesse em guardar ou recordar um passado em comum. O passado aqui não é um acontecimento específico, mas sim os feitos de um herói da nação que agiu em favor da coletividade, cuja obrigação do presente é render uma justa homenagem à memória do benemérito general (PINHEIRO, 1904).

Em síntese, a comemoração é concebida como uma forma de rememoração do passado, uma maneira de honrá-lo e saldar uma dívida de gratidão. É igualmente pensada como um ato que convoca o coletivo, isto é, envolve a nação em direção ao seu passado, pretendendo estabelecer uma comunhão com ele (ANKERSMIT, 2002). Contudo, comemorar o centenário de nascimento do Duque de Caxias não é apenas um ato de recordação coletivo fechado em si mesmo.

Para Calazans Pinheiro (1904), as ações de Duque de Caxias pela nação, no passado, instigam, no presente, as virtudes cívicas. Dessa maneira, o ato de comemorar é concebido como uma forma de trazer à memória dos vivos os feitos dos heróis do passado da Pátria, ao mesmo tempo em que direciona o presente para o dever cívico e ao patriotismo: “possa a recordação do Duque de Caxias, avivada no centenario de seu aspicioso nascimento, acordar as inspirações patrióticas infelizmente agora adormecidas, commover certos estadistas republicanos.” (PINHEIRO, 1904, p.87). A comemoração é percebida, portanto, como um dever de memória e como uma atividade cívica, uma vez que homenageia o passado, rendendo-lhe honra ou quitando uma dívida de gratidão, e inspira os cidadãos e os governos do presente ao amor ao país. Ao comemorar o centenário de nascimento de Duque de Caixas, em 1903, o IHGRN estava construindo para si uma agenda comprometida com o reforço da memória nacional e o esforço patriótico e cívico.

6 O IHGRN E A COMEMORAÇÃO DO NATALÍCIO DE D. PEDRO II

Não faltou empenho político nem se mediu esforço intelectual para comemoração do centenário do nascimento do Imperador. Em julho de 1925, o deputado Wanderley de Pinho apresentava à Comissão de finanças da Câmara dos deputados um projeto para homenagear os cem anos do nascimento de D. Pedro II (CORREIO DA MANHÃ, 1925). Dentre outras requisições, o projeto pleiteava: a realização de uma festa nacional no dia 2 de dezembro de 1925, consagrada à comemoração do centenário natalício do Imperador; o patrocínio do poder executivo para providenciar a construção de um mausoléu em Petrópolis, destinado a recolher os restos mortais de D. Pedro II e sua família, o qual deveria ser inaugurado no dia 2 de dezembro de 1925; a autorização do governo federal para contribuir para a subscrição nacional promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), destinada à construção de um monumento ao monarca, erguido em uma das praças públicas do Rio de Janeiro.⁴ O projeto de Wanderley de Pinho não agradou alguns parlamentares da Câmara. Ranulfo Bocaiúva Cunha, Simões de Lopes e Joaquim de Mello consideraram o projeto de Wanderley de Pinho uma provocação monarquista (CARVALHO, 2006; SCHWARCZ, 1998). O debate acerca do projeto foi acirrado. A imagem em torno de D. Pedro II ainda causava desconforto para a ala republicana mais ortodoxa. Não é sem razão que o projeto de Wanderley de Pinho não tenha sido aprovado. Mesmo assim, o presidente Arthur Bernardes decretou feriado nacional no dia 2 de dezembro de 1925 em homenagem aos cem anos do natalício de D. Pedro II (BRASIL, 1925).

Como de praxe, o IHGB foi a principal instituição promotora do festejo. A razão era óbvia: desde os primeiros anos de sua fundação, a instituição colocava-se debaixo da imediata proteção do Imperador. Homenageá-lo, portanto, era uma forma de reconhecer esse vínculo visceral. Três anos antes do centenário do natalício, mais precisamente, na sessão de 21 de abril de 1922, o secretário da agremiação, Max Fleiüss, lembrava aos seus consócios da necessidade do IHGB de homenagear o seu protetor, comemorando os cem anos do seu nascimento (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1922). O secretário sugeria a delegação de uma comissão para organizar os festejos do centenário, bem como a elaboração de uma biografia do Imperador.

A proposta de Max Fleiüss foi aprovada no mesmo dia, porém, a comissão só foi nomeada em janeiro de 1923. Composta por Ramiz Galvão, Tavares de Lyra, Max Fleiüss, Agenor de Roure, Alfredo Valladão, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Aurelino Leal,

Laudelino Freire e Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, a comissão lançara as bases do programa comemorativo do IHGB, o qual compreendia uma série de atividades: a realização de uma sessão solene na agremiação com pronunciamento de vários discursos laudatórios em homenagem ao Imperador; a celebração de uma missa campal na Quinta da Boa Vista, local onde seria também inaugurada uma estátua de D. Pedro II; e a composição de uma série de artigos, visando à produção de uma biografia do Imperador. A comissão planejava, ainda, que o IHGB se dirigisse à presidência da República, pedindo que fosse construído um mausoléu para recolhimento dos restos mortais dos membros da família imperial, além de apelar aos poderes públicos para que se decretassem homenagens especiais à memória do “venerando e benemérito brasileiro” no centenário do seu natalício e aos governos de todos os estados para darem o seu nome a um dos grupos escolares de suas respectivas capitais (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1922).

Em relação à biografia, o IHGB já havia planejado escrever um trabalho histórico e biográfico sobre D. Pedro II, desde a ocasião do seu falecimento em 1891, o que não ocorreu (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1891). Ironicamente, o relator da comissão, o intelectual e político, Augusto Tavares de Lyra, que no início de sua vida intelectual era um árduo crítico da Monarquia, ficou responsável pela elaboração do plano da biografia do Imperador. É válido destacar que, nesse período, vários letrados republicanos, como Tavares de Lyra, mantiveram sua postura política contrária ao regime monárquico, contudo, também não deixaram de reconhecer a contribuição do Império para a manutenção territorial do país e para destacar a figura de bom administrador e estadista de D. Pedro II (LYRA, 1925).

O plano biográfico elaborado por Tavares de Lyra compreendia oito capítulos que tratavam desde o período da infância do Imperador até o seu exílio e morte. Havia, claramente, uma perspectiva cronológica e linear de sua trajetória de vida. Contudo, destacava-se, também, outros acontecimentos que não estavam, necessariamente, vinculados à biografia do Imperador, como, por exemplo, a abdicação do seu pai, ocorrida em 1831. Na verdade, os capítulos da obra que tomou como título “Contribuições à biografia de D. Pedro II”, publicada como tomo especial em 1925, enfocava mais a trajetória política do estado imperial do que, propriamente, a história de vida do Imperador. No mesmo, o IHGB lançava a segunda edição de sua revista, dedicada aos cem anos do

nascimento de D. Pedro II, revisada e coordenada por João Pandiá Calógeras, que congregou vários artigos escritos por “vultos eminentes” da nação, publicados na imprensa da capital e de São Paulo (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1925). Em linhas gerais, os artigos dedicavam-se a apresentar vários aspectos da trajetória da vida pública de D. Pedro II, alguns, inclusive, tratando da sua contribuição na preparação do governo republicano no Brasil, além do enfoque da importância do Império para a construção da unidade territorial da nação. É claro que nem todos os artigos da imprensa brasileira eram entusiastas da homenagem ao Imperador.

Em um artigo publicado no jornal *O Paiz*, no dia 1 de dezembro de 1925, intitulado *Glorificações monarchicas*, Lindolfo Collor, jornalista republicano, atacava, severamente, o regime monárquico e a figura de D. Pedro II. O letrado gaúcho era totalmente contrário ao gesto da República de glorificar a Monarquia. Para ele, tal postura era inadmissível, tendo em vista que o regime monárquico não se coadunava com a índole democrática do povo brasileiro. A República e a Monarquia não representariam um elo de continuidade, pelo contrário, representariam momentos distintos da história do país, de um lado um Brasil dinâmico, republicano, e, de outro, uma nação estagnada sob o reinado de Pedro II. Lindolfo Collor não negava as boas intenções do segundo Imperador para com o país ou a sua boa índole, porém, recusava a defender o seu *status* de um grande estadista. Nesse sentido, pedir a República para que se comemorasse o centenário do seu nascimento era um absurdo, já que Pedro II sintetizava uma forma retrógrada de governo e que, ademais, estava longe de ser um verdadeiro estadista: “esse é, a meu modesto ver, um disparate que o Congresso Nacional não poderia sancionar.” (COLLOR, 1925). Para Lindolfo Collor (1925), comemorar o Imperador era a mesma coisa que homenagear o passado retrógrado e estagnado do Brasil monárquico: “republicanos, não podemos, não devemos oficialmente tributar homenagens à monarchia.” Apesar de alguns homens de letras se posicionarem contrariamente à comemoração do centenário de nascimento de D. Pedro II, a maior parte dos artigos publicados nos jornais, no dia 2 de dezembro de 1925, considerava a celebração uma manifestação de gratidão dos brasileiros para com o suposto estadista do Império.

Em 1925, o IHGB comemorava, com entusiasmo, o centenário do seu protetor. A instituição foi uma das grandes responsáveis pela reabilitação da imagem do Imperador. A concretização da comemoração dos seus cem anos representou mais uma conquista do

IHGB, pois “com as bênçãos da República, Sua Majestade incorporava-se, definitivamente, ao panteão cívico da Nação” (GUIMARÃES, 2007, p.179). O IHGB foi a principal instituição idealizadora das duas grandes comemorações que integraram a memória monárquica à memória republicana. Com o processo de recomposição da memória nacional, nos anos 20, criava-se um novo *panteão* de heróis, concomitantemente, monárquicos e republicanos.

Definitivamente integrados à memória da nação, na década de 20, a Monarquia e Imperador puderam ser comemorados em vários lugares do país. No Rio Grande do Norte, as celebrações ficaram por conta dos sócios do IHGRN. Apesar de republicanos, os sócios do IHGRN não fizeram nenhuma objeção em comemorar a memória do Imperador. Pelo contrário, os membros deliberaram que a instituição deveria associar-se às homenagens que estavam ocorrendo no restante do país e também no próprio estado (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1925). Com o escopo de comemorar os cem anos do nascimento de D. Pedro II, o IHGRN organizou o programa festivo e nele foram promovidas duas atividades: a celebração de uma missa campal e a sessão solene de inauguração do monumento na praça D. Pedro II (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1925). Para a realização dessas atividades, os membros da agremiação contaram com o apoio do governo do estado e da intendência municipal de Natal, bem como do bispo da diocese da capital, quanto à celebração da missa. Em relação ao monumento, o próprio Instituto desenvolveu a ideia de sua criação. Os membros acordaram que o monumento deveria conter um busto do falecido Imperador, em bronze, colocado em um pedestal na antiga praça *24 de Maio* (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1925). Para isso, os membros do Instituto recorreram aos recursos financeiros advindos do governo do estado, responsável pela construção do monumento, e da intendência do município de Natal que, através da Resolução nº 267, de 23 de junho de 1925, tratou de mudar o nome da antiga *praça 24 de maio* para *praça Pedro II* em homenagem ao imperador, além de restaurá-la, aformoseando-a (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1925). O monumento erigido em consagração a D. Pedro II – composto apenas por um busto e uma insígnia “Que Deus faça feliz o meu Brasil” – e

a praça com o seu nome representaram a materialização da memória monárquica no espaço público da capital do estado.

Na ocasião da inauguração do monumento, realizada no dia 2 de dezembro de 1925, Nestor dos Santos Lima, agora orador oficial do IHGRN, pronunciou um discurso laudatório em favor do “velho monarca”. Diante de um auditório composto por autoridades políticas e religiosas do estado e do município de Natal, Nestor Lima (1925) tratou de alertá-los que a comemoração dos cem anos do nascimento do Imperador era uma forma de saldar uma dívida de gratidão. Assim como nas demais celebrações, a comemoração é considerada como uma espécie de justiça para com o passado e, por isso, o presente deveria render um tributo, no caso, o próprio ato de rememoração. A comemoração aparece como um dever de memória: “Celebrando, de modo tão brilhante, o centenário de Pedro II, queremos dar o mais solenne testemunho de que ele não morreu, nem será jamais esquecido, para a memória agradecida dos seus compatriotas” (LIMA, 1925, p.213). Com efeito, a rememoração proporcionada pela comemoração é pensada como um expediente que torna o passado algo que deve ser, ao mesmo tempo, homenageado e imortalizado pelos compatriotas do presente.

Nestor Lima tratou, ainda, de alertar os seus ouvintes de que o seu discurso era legítimo e coerente, porque estava sendo proferido por alguém plenamente imparcial, insuspeito de falar do Imperador, já que ele era um republicano convicto: “não temos saudades da Monarchia, somos republicanos por indole e por educação; amamos a regimen essencial das liberdades e vivemos assás felizes e contentes na democracia” (1925, p.213-214). O gesto de Nestor Lima era de distinguir a homenagem à figura de D. Pedro II da defesa do regime monárquico. Imperador e Império foram colocados de maneiras separadas. Como já mencionamos, essa distinção era bastante comum entre os letrados republicanos, pelo menos os menos radicais. Em um pequeno texto, intitulado *Os republicanos do Rio Grande do Norte – Não discutam os predicados pessoas de Pedro II*, publicado pelo *Jornal do Brasil*, em 2 de dezembro de 1925, o senador João Lyra, irmão de Tavares de Lyra, reforçava junto aos seus correligionários norte-rio-grandenses que o ex-líder e fundador do PRRN, Pedro Velho, apesar de criticar, veementemente, a Monarquia, nunca havia atacado os predicados do “ilustre monarca” (LYRA, 1925). A menção à figura de Pedro Velho, considerado pelos republicanos do estado como o maior representante histórico do republicanismo oficial do Rio Grande do Norte, foi utilizada por João Lyra

como um argumento de autoridade para convencer os norte-rio-grandenses da distinção que deveria ser feita entre o monarca e a Monarquia. Por conseguinte, muitos outros homens de letras consideravam que a homenagem a D. Pedro II não caracterizaria uma postura desertora ou uma benevolência com relação ao regime monárquico, mas sim um reconhecimento dos predicados do Imperador. Parece que essa postura de distinção entre o monarca e o Império foi seguida pela maior parte dos republicanos norte-rio-grandenses, dentre eles, Nestor Lima.

Diferentemente do artigo de Lindolfo Collor, que compreendia ser um paradoxo a República glorificar o Império, para o orador oficial do IHGRN, a comemoração do natalício do “velho monarca” era uma oportunidade do regime republicano de manifestar a sua gratidão não ao *ancien régime*, mas sim ao Imperador (LIMA, 1925). Conforme Nestor Lima, a razão da homenagem e da gratidão nacional era justificada pelos grandes serviços prestados pelo chefe da nação, desde a elevação do Brasil como potência à proteção das letras e as artes do país. Segundo Nestor Lima, D. Pedro II, era a encarnação da inteligência do Brasil, um estadista comprometido com todos os aspectos da atividade nacional, seja intelectual, artística ou econômica, impulsionando-as, estimulando-os: “e tão forte sadia e ponderada foi a sua actuação no ambiente moral, político e mental de sua Pátria, que se deve dizer que elle foi a encarnação viva e intelligente do Brasil do seu tempo.” (LIMA, 1925, p.219). Para Nestor Lima, o repertório dos serviços prestados pelo monarca à nação era bastante vasto. Todavia, a obra do Imperador também incluía o Rio Grande do Norte. Sua grande realização consistia na resolução do problema das secas, uma questão que dizia respeito também aos estados do Nordeste como um todo:

Particularmente, para nós, que vivemos à mercê da inclemencia das estiagens, para nós que habitamos esta nesga deflagrada do sólo do nordeste, avulta, neste dia, a personalidade do Imperador Magnanimo, a quem hoje rendemos os preitos da nossa gratidão.

Era, no triennio maldito de 1877 a 1879, quando uma secca medonha talava os nossos campos, matava as nossa creações e ceifava milhares de existências uteis; a miséria invadia todos os lares e a morte campeava por todos os recantos, do nosso << habitat >>.

A um augustioso appello das victimas da secca, appello que partira do âmago das consciencias e traduzia o mais profundo aneio dos corações lacerados, elle, o nobre Imperador, tangido de piedade e varado de angustias pela sorte dos seus compatriotas, acudiu pressuroso á supplica dos infelizes flagellados, mandando que se << empenhassem até as joias da Corôa, comtanto que se salvassem as victimas da secca >> (LIMA, 1925, p.216-217).

Fica claro, nesse trecho do discurso de Nestor Lima, que o principal objeto de gratidão dos nordestinos se deu pelo gesto do Imperador de dispensar auxílios financeiros para amenizar o problema da seca de 1877-1879. É interessante notar que, diferentemente do discurso de Pedro Velho, na ocasião da fundação do PRRN, que atacava o descaso do governo imperial em relação ao problema geral da seca, ressalta-se, nessa ocasião, justamente o oposto. D. Pedro II é colocado como “o grande amigo do Nordeste brasileiro.” Nesse caso, não se menciona o descaso do regime monárquico frente ao problema da seca, como fizera Pedro Velho, mas exalta-se a atitude do Imperador. É por esse motivo e pelos outros serviços prestados à nação que, para Nestor Lima, o “pequenino Rio Grande do Norte” estava rendendo homenagens aos cem anos do “saudoso monarca”. A inauguração do monumento na praça renomeada com o seu nome era uma demonstração da gratidão dos norte-rio-grandenses para com o Imperador e um gesto de recordar “por seculos em fóra, a sua proverbial magnanimidade” (LIMA, 1925, p.216-217).

7 CONCLUSÃO

Como já foi afirmado, para os sócios do IHGRN, notadamente, republicanos, a celebração dos cem anos dos natalícios do general e do “velho monarca” não era uma questão de comemorar o Império, mas sim Duque de Caxias e D. Pedro II.

A figura de Duque de Caxias não ameaçava a construção da memória republicana nacional. Pelo contrário, reforçava certa leitura do passado da nação. O general e estadista do Império é concebido como personagem importante na preservação da unidade nacional, elemento assaz considerado por alguns intelectuais republicanos no início do século XX. As comemorações do seu natalício pelo país destacaram essa particularidade da biografia do general e não o seu envolvimento com as estruturas políticas e administrativas da Monarquia. Isso explica o porquê de instituições republicanas, como o IHGRN, não terem dificuldades em comemorar o centenário do natalício de Luiz Alves de Lima, mesmo em tempos de crítica aos símbolos da Monarquia. Contudo, isso não quer dizer que os personagens de proa do passado monárquico foram imediatamente inseridos no processo de formação da memória nacional. Em linhas gerais, homens de letras e propagandistas do

imaginário republicano foram buscar na experiência colonial os heróis para a nação, como, por exemplo, Tiradentes. Nos primeiros anos de instalação do novo regime, símbolos e personagens do passado monárquico foram evitados, senão colocados no ostracismo da memória. A comemoração do centenário do natalício de Luiz Alves de Lima foi uma exceção nesse período.

Tal como a efeméride dos cem anos de nascimento de Duque de Caxias, a comemoração do natalício de D. Pedro II não representou uma deserção ao regime republicano, mas uma oportunidade de manifestar a gratidão aos serviços prestados pelo Imperador à Pátria e, em especial, ao Rio Grande do Norte. Tal empresa só pôde ser possível devido ao processo de recomposição da memória nacional no final dos anos 10 e começo dos anos 20. Nesse momento, a figura do Imperador foi reabilitada e só, então, o IHGRN pôde prestar-lhe homenagens, integrando-se ao conjunto geral das celebrações ocorridas em vários estados brasileiros. Grato ao Imperador, o IHGRN cumpria o seu dever de memória.

A organização e a realização das comemorações reforçaram o papel do IHGRN na promoção e na elaboração de uma memória histórica norte-rio-grandense. O Instituto pôs em prática o interesse das autoridades públicas em formular e consolidar uma memória republicana *no* e *do* estado. O IHGRN esteve diretamente comprometido com esse processo de construção da memória. Em linhas gerais, as duas comemorações referentes aos natalícios de Duque de Caxias e D. Pedro II, organizadas pelos sócios do IHGRN, foram feitas a partir do imperativo do dever de memória. Comemorava-se para rememorar os acontecimentos e/ou os personagens históricos que haviam contribuído para o engrandecimento do Brasil. Comemorava-se para saldar uma dívida de gratidão do presente para com passado, fazendo-lhe justiça.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Ritual de aurora e de crepúsculo: a comemoração como experiência de um tempo fronteiro e multiplicado ou as antinomias da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.33, n°65, 2013.

ANKERSMIT, Frank. Commemoration and National Identity. **Textos de História**. Brasília. vol.10, nº1/2, 2002.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDFURN, 2002.

CARONE, Edgard. **A República Venha II**: evolução política (1889-1930). 3ª edição. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. 3º ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A casa da memória norte-rio-grandense”**: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ENDERS, Armelle. Como se poderia escrever a história do Brasil. Variações acerca do romance nacional do Império à República. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.) **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado**: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Um eixo alternativo de poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; v.1).

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp. 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Mattos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. **Revista Tempo**, Niterói, volume. 19. n. 35. 2013.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república**. Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

SOUZA, Adriana Barreto de. O duque-monumento: memória e história na trajetória do duque de Caxias. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Volume 431. 2006

_____. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, 2001.

SOUZA, Itamar de. **A República velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRN, 2008.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e Oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos**. Natal: EDUFRN, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil republicano; v.1)

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012

FONTES

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE REALIZADA A 9 DE AGOSTO DE 1903. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume 3. Número 2. 1905.

ACTA DA 353ª SESSÃO ORDINARIA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volumes 20, 21, 22. 1925.

BRASIL. DECRETO Nº17. 125, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1925. **Diário oficial – Estados Unidos do Brasil**. Anno LXIV. N.283. 2 de dezembro de 1925. Seção 1

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador**. Rio de Janeiro: Edições da Val Ltda. 1965.

COLLOR, Lindolfo. Glorificações monarchicas. **O Paiz**. Rio de Janeiro. 1 de dezembro de 1925.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

_____. Rio de Janeiro. 18 de julho de 1925.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1903.

_____.24 de agosto de 1903.

_____. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

LIMA, Nestor. O perfil do Imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volumes 20, 21, 22. 1923-1924-1925. 1925.

LYRA, Augusto Tavares de. A phase inicial do reinado e a acção individual do Imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo 97. Vol.152. Rio de Janeiro, 1925.

LYRA, João. Os republicanos do Rio Grande do Norte – Não discutam os predicados pessoais de Pedro II. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1925.

OURIQUE, Jacques. O Marechal Duque de Caxias. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1903.

PINHEIRO, José Calazans. Discurso. Duque de Caxias – Notícia da sessão comemorativa do centenario de independencia deste grande brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal. Volume II. Número 1. 1904.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA A 21 DE ABRIL 1922. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo 92. Volume 146. 1922.

Relatorio annual do Primeiro Secretario Commendador Henrique Rafard. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo LXVI. Parte II. 1903.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Tomo 98. Vol.152. Rio de Janeiro, 1925.

SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1925. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro. Tomo 97. Volume 151.1925.

SÉTIMA SESSÃO ORDINARIA EM 5 DE JUNHO DE 1903. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 9 de junho de 1903 e

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 7 DE DEZEMBRO DE 1891. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro. Tomo 54. Parte II. 1891.

¹ Ao longo do texto, será preservada a grafia original dos documentos.

² Organização familiar que exerceu a liderança política no estado nos primeiros anos da República e que era liderada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

³ No Rio de Janeiro, por exemplo, ocorreu um levante no forte de Copacabana, em julho de 1922, promovido, em sua grande maioria, pela baixa oficialidade do exército.

⁴ O projeto incluía ainda: a denominação da Estrada de Ferro Central do Brasil para Dom Pedro II; a emissão de selos postais dos valores de duzentos réis e outros, com a efígie de D. Pedro II; e a concessão do poder executivo nacional liberar créditos para a organização de outras homenagens oficiais à memória de D. Pedro II.